

4

As relações amorosas

4.1.

As relações amorosas através dos tempos

Para compreendermos a maneira como a sexualidade, amor e casamento, três vieses das relações amorosas, são concebidos nos tempos atuais, é necessário que tenhamos uma noção das modificações que estes conceitos sofreram ao longo dos tempos. É notável a influência que a política, a religião e as características culturais exercem sobre a forma como os indivíduos pensam e se comportam diante dos aspectos citados. Assim, faremos um breve levantamento histórico sobre a evolução desses conceitos, a partir da Antiguidade até nossos tempos, passando pelo surgimento do chamado “amor romântico”, no século XVIII.

Os povos hebreus, gregos e romanos eram semelhantes em muitos aspectos, considerando o sexo como algo bom, desejado pelos deuses, relacionando-se diretamente à produção de herdeiros através da reprodução. Sexo, amor e casamento eram desvinculados, de maneira que os matrimônios eram arranjados pelos pais (Socci, 1983).

O início do Cristianismo caracterizou-se pela desvalorização do casamento e da família, havendo uma priorização da virgindade como atributo indispensável. Assim, pregava-se que os homens permanecessem celibatários, que as viúvas se mantivessem castas e que as solteiras ficassem virgens. Idéias sobre a virgindade foram amplamente difundidas ao longo dos séculos III e IV, e a castidade era considerada como garantidora do acesso à salvação após a morte, ou seja, à imortalidade. O casamento era aceito apenas como uma concessão, em casos em que o indivíduo não conseguisse conter-se (Vainfas, 1992).

Aos poucos, a procriação dentro do matrimônio foi gradualmente passando a ser valorizada como algo oferecido por Deus, ainda que se condenasse o prazer carnal e se enaltescesse a virgindade. O início da expansão do Cristianismo, ocorrida após a queda do Império Romano, no século V, foi marcada pela manutenção de certos costumes deste povo, para o qual o casamento vinha sendo considerado cada vez mais uma prática social, dizendo respeito à transmissão de

patrimônio, e não a um vínculo amoroso. Assim, a união matrimonial e a celebração das núpcias se mantiveram no início da expansão cristã, sendo atos domésticos, que não diziam respeito à religião.

Com a consolidação da expansão da Igreja Católica, e após grandes embates internos, entre os séculos XII e XIII o matrimônio tornou-se um sacramento. Assim, de hostilizada e desvalorizada, a união monogâmica e indissolúvel passou a ser quase uma regra aos leigos, como o celibato era para o clero. Entretanto, apesar das relações sexuais serem aceitas dentro do casamento, passando inclusive a ter caráter obrigatório, com objetivo de procriação, o prazer carnal ainda era condenado e considerado como “excesso”, comparável ao adultério. Assim, o relacionamento sexual era regulado por todo um código, com regras sobre quando, onde e como este deveria ocorrer, além das penalidades que o indivíduo deveria sofrer em caso de desrespeito (Vainfas, 1992).

A Reforma Protestante, no século XVI, veio retirar parte do domínio da Igreja Católica sobre certos conceitos. Assim, o sexo conjugal tornou-se amplamente aceito e houve a rejeição da idéia da castidade como um desejo divino. O casamento, valorizado, deixou de ser visto apenas como um sacramento, dentro dos domínios da Igreja. O sexo continuava ligado à reprodução e o prazer era considerado algo errado (Socci, 1983).

Na Europa pré-moderna, era o aspecto econômico que definia a escolha conjugal, de forma que a atração sexual não possuía nenhum tipo de participação neste processo. Apesar da aristocracia ser uma classe mais permissiva, podendo as mulheres manifestar sua sensualidade de forma relativamente mais aberta, havia uma separação entre uma sexualidade presente no matrimônio, considerada “casta”, e um erotismo apaixonado que se manifestava apenas nas relações extraconjugais (Giddens, 1993).

No final do século XVIII e início do XIX, observou-se o surgimento do chamado amor romântico, que conectava-se diretamente com ideais de liberdade e auto-realização, com a valorização das emoções. Era uma forma de relacionamento em que a compatibilidade psicológica era importante, sendo que considerava-se que um cônjuge completava o outro, privilegiando-se o “amor sublime” em detrimento da sexualidade, relegada a um segundo plano. Os homens, no entanto, buscariam a realização sexual fora do casamento, através da relação com amantes e prostitutas (Giddens, 1993).

A era vitoriana fez com que a sexualidade passasse a ser relacionada à excreção, como algo impuro e repulsivo. O amor era dessexualizado, de forma que o homem deveria controlar seus impulsos “inferiores”, enquanto considerava-se que as mulheres, exceto prostitutas, não possuíam desejos sexuais. O ideal feminino era o da mãe pura, sem atrativos sexuais, imaculada e impecável, cujo amor era capaz de espiritualizar o homem.

O século XX foi o palco de intensas mudanças, no que diz respeito aos conceitos de sexualidade, amor e casamento, e isso se deu devido a alguns fatores históricos. Podemos destacar entre estes: a Primeira Guerra Mundial, que colaborou para uma maior liberdade sexual, devido ao medo da proximidade da morte, que alimentou a mentalidade de se ter prazer imediato; o advento da Psicanálise, que trouxe a discussão acerca da sexualidade, inclusive em crianças, considerando o prazer sexual como necessário e saudável, e não condenável como antes; e o desenvolvimento dos meios de comunicação, que fizeram com que informações circulassem de maneira mais rápida, através de telefone, jornais, revistas e filmes.

Além disso, tivemos o movimento feminista, iniciado no século XIX, que consolidou-se definitivamente no século seguinte, tendo importantes vitórias, como o voto e a emancipação financeira, que fez com que a mulher pudesse lutar por seus direitos de forma mais livre, não dependendo mais de um marido que a sustentasse. A sexualidade, desta forma, tornou-se mais espontânea e permitida, e a maternidade fora do casamento passou a ser uma possibilidade. Surgiu também o controle da gravidez, que contribuiu para a desvinculação obrigatória entre sexo e reprodução (Socci, 1983).

A Revolução Industrial, também no século XIX, promoveu um afastamento do lar através do trabalho fora de casa e das escolas para os filhos, fazendo com que a mulher perdesse parte de sua função unicamente doméstica e passasse a exercer atividade laborativa. Essa grande mudança iniciou o processo de separação entre sexo e reprodução, que abalou o ideal de casamento monogâmico e fiel. Assim, tornou-se aceitável o recasamento, já que o amor podia não ser eterno.

As mudanças que se iniciaram em diversas partes do mundo, especialmente nos países ditos “desenvolvidos” no início do século XX, só vieram modificar o cotidiano brasileiro anos depois, em meados deste mesmo século.

Antes disso, especificamente nas classes mais abastadas, o casamento era apenas o final de um ritual que possuía várias etapas pré-estabelecidas. O namoro tradicional era diretamente relacionado ao casamento, que era o objetivo final, e se iniciava de maneira “secreta”, através de encontros em casa ou em suas dependências externas, de forma que apenas a mãe e as empregadas da moça compartilhavam com esta suas vivências. O pai e os irmãos, em um primeiro momento, não sabiam ou fingiam não saber do relacionamento, assunto que não era falado explicitamente. Depois de um tempo e de alguns encontros, o rapaz então pedia a moça em casamento, sendo necessário que suas condições econômicas fossem condizentes com as da família de sua futura esposa. O namoro era bastante controlado, visando a preservação da reputação e da honra da mulher que, para ser considerada “séria”, devia ser comedida, evitando uma aproximação efetiva inicial, que lhe renderia fama de ser uma “moça oferecida”. Após o namoro, seguia-se o noivado, que podia durar meses ou anos, e correspondia à fase de entendimento entre os cônjuges e suas famílias (Chaves, 1993). No entanto, Esteves (1989) aponta que, nessa mesma época, entre os indivíduos pertencentes às camadas populares cariocas, a mulher já possuía maior liberdade, vivendo as relações amorosas, sexuais, o casamento formal e o lazer de uma maneira semelhante à vivida mais recentemente pelas moças das classes privilegiadas.

Em meados do século XX, iniciou-se, especialmente nos Estados Unidos, uma série de estudos que buscavam fazer um levantamento sobre o comportamento sexual masculino e feminino. Um dos que causou maior impacto foram os chamados “Relatórios Kinsey”, publicados em 1948 e 1953, que chamaram a atenção para uma aberrante diferença entre a vida sexual masculina e feminina, mostrada especialmente na dificuldade das mulheres em atingir o orgasmo, principalmente com seus maridos; na diferença entre a experiência sexual entre mulheres e homens; e no costume, dos últimos de se masturbar e falar mais sobre sexo que as primeiras. Nos anos 70, foi publicada a pesquisa de Hunt, que mostrou diferenças significativas em relação ao estudo de Kinsey, indicando a presença de um sexo mais igualitário, devido à maior liberação feminina. Assim, o homem parece ter se tornado mais preocupado com a satisfação sexual da mulher, que tornou-se mais ativa, tendo maior “participação” no sexo. A publicação, em 1976, do Hite Report, em que se percebeu que apenas 30% das

mulheres chegavam ao orgasmo durante o ato sexual, foi uma espécie de incentivo para a luta por uma vida sexual melhor para as mulheres (Jablonski, 1998).

Todas essas mudanças, especialmente as ocorridas nos dois últimos séculos, originaram uma concepção sobre sexualidade, amor e casamento que pode ser considerada como predominante no Ocidente, especialmente se falarmos nas classes média e alta. Assim, a partir da segunda metade do século passado, o amor torna-se extremamente valorizado, de forma que livros, revistas, filmes, novelas, etc., nunca haviam tratado tanto deste tema, abordado tanto em termos de ficção como de realidade, através de notícias sobre casamentos, separações e vida sexual de celebridades. O sexo, atualmente, é mais livre, os prazeres e paixões são considerados saudáveis e essenciais para uma vida feliz.

O amor é atualmente visto como fundamental para um relacionamento conjugal satisfatório, sendo considerado condição primordial para casamentos ocorrerem. As uniões conjugais e as relações amorosas, em geral, envolvem o companheirismo, a igualdade, o sexo e a procriação, de forma que o fim do amor é uma condição justa, especialmente entre as mulheres, para o término do casamento. Com isso, o número de divórcios aumentou, tendo ele sido oficializado na grande parte dos países ocidentais (Féres-Carneiro, 1998).

As relações atuais são mais livres e independentes, sendo que a afinidade psicológica é geralmente considerada como essencial para o matrimônio, cuja decisão cabe estritamente aos cônjuges. O casamento tende a ser igualitário, respeitando as diferenças individuais, sem restrições ou imposições unilaterais. As tarefas domésticas, especialmente dentre as classes privilegiadas, não dizem respeito apenas às mulheres, mas tendem a ser mais compartilhadas, e decisões sobre o lar e os filhos são tomadas por ambos os cônjuges. É importante lembrar que estamos tratando, neste momento, de uma realidade predominante nas classes média e alta ocidentais, não sendo possível, no entanto, generalizá-la para diferentes segmentos sociais.

4.2. As relações amorosas em pesquisas recentes

Passaremos agora a uma breve revisão sobre pesquisas recentes que tratam sobre relacionamentos amorosos, sendo todas brasileiras, com exceção da primeira.

Rubin, em 1989 (citada por Giddens, 1993) realizou pesquisa com mil heterossexuais americanos com idades entre 18 e 48 anos e percebeu uma diferença significativa entre os adolescentes e os maiores de 40 anos, independente do gênero. Para os mais velhos, a virgindade era uma virtude, considerada essencial para o casamento, sendo as garotas sexualmente ativas mal vistas. Dentre os jovens, ainda que se preserve uma distinção, em algum grau, entre “garotas decentes” e “garotas vadias”, a virgindade já não é considerada indispensável, havendo uma maior variedade na atividade sexual, observada no fato de o sexo oral ser considerado como parte da relação normal. Rubin constatou uma maior mudança de mentalidade entre os sujeitos do sexo feminino, quando comparou as adolescentes com as maiores de 40 anos, havendo no discurso das garotas uma maior permissividade no que diz respeito à própria sexualidade, considerada como um direito em qualquer idade.

Ainda sobre a pesquisa citada, a autora percebeu que chega-se ao casamento com maior conhecimento e experiência sexual do que nos tempos passados, sendo as expectativas também maiores. As mulheres esperam receber e proporcionar prazer sexual, sendo que um ponto considerado essencial para a felicidade do casamento é a vida sexual do casal.

Wagner et al (1997) realizou pesquisa com adolescentes divididos em dois grupos: um cujos sujeitos vivem com a família original, ou seja, os pais mantêm o primeiro casamento e residem em um mesmo domicílio, e outro em que a família foi reconstituída após uma separação conjugal, e o jovem vive nesta nova configuração familiar. Neste estudo, a autora buscou identificar diferenças entre os dois grupos no que diz respeito às crenças e expectativas sobre casamento, família e separação.

Quase a metade dos jovens de ambos os grupos (48,33%) definiu casamento como união, compromisso e formação de família, havendo uma minoria de 11,66% de respostas desesperançosas como “um saco, besteira, chato,

difícil e perda de tempo” (op.cit., p. 163). Os dois grupos de sujeitos diferenciaram-se no que concerne às expectativas em relação ao casamento, sendo que os oriundos de famílias originais esperam que este seja fonte de felicidade, enquanto os de famílias reconstituídas desejam encontrar mais amor no matrimônio.

Constatou-se uma diferença de gênero relativa a uma questão sobre o motivo que leva as pessoas a se casarem, cuja resposta predominante (97%) das meninas indicou o amor como causa, enquanto os meninos deram respostas diversificadas como “por amor” (60,7%), “para formar família” (21,4%) e “para obter satisfação pessoal” (14,3%).

A autora deste estudo concluiu que não há diferenças significativas entre os dois grupos que indiquem a configuração familiar como principal responsável pela formação de crenças e valores dos adolescentes sobre família, casamento, separação e projetos de vida. A única diferença constatada foi em relação à expectativa de encontrar mais amor no casamento por parte dos jovens cuja família viveu uma separação conjugal, o que pode se dever à esperança de assegurar uma relação mais duradoura para suas vidas.

Heilborn (1999) fez uma pesquisa em que entrevistou oitenta homens e mulheres entre 20 e 45 anos residentes na cidade do Rio de Janeiro, porém pertencentes a duas realidades distintas. Um grupo incluía-se nas camadas médias da população, sendo habitantes da zona norte da cidade, que possuíam empregos qualificados, tendo alguns cursado a faculdade. O outro grupo era de indivíduos da chamada classe popular, moradores de favelas, que possuíam ocupações que exigem pouca qualificação, tendo suas vidas escolares sido interrompidas no máximo no segundo grau.

Entre os homens estudados, os das classes mais pobres tenderam a ter sua iniciação sexual mais precoce do que os do outro grupo, ocorrendo, dentro de um contexto de mudanças, entre os 12 ou 13 anos, quando também começaram a se inserir no mundo do trabalho. A atividade sexual e o trabalho, para esses indivíduos, significam uma mudança de status social, maneira como o adolescente passa a fazer parte do mundo da masculinidade adulta, modificando, portanto, sua identidade. A iniciação sexual dos homens das camadas médias tendeu a ocorrer por volta de cinco anos mais tarde, e estes, na puberdade,

preenchem suas vidas parcialmente com atividades relativas à escola, sendo seus relacionamentos predominantes com pessoas da mesma faixa etária.

A iniciação sexual masculina, quando excluída de um contexto de relacionamento amoroso, tendeu a se dar com uma parceira mais velha, sem atrativos físicos, muitas vezes sendo uma empregada doméstica ou prostituta. Aqui, ressalta-se o aspecto da “necessidade” sexual, que faz com que o ato sexual se dê com uma mulher não necessariamente desejável, sendo uma forma de cumprir com uma demanda social do rapaz mostrar-se homem.

Os relacionamentos masculinos com o sexo oposto são também um parâmetro para sua identidade frente a seus pares, de forma que os rapazes sentem-se mais valorizados ao relacionarem-se com mulheres mais “difíceis”.

Há entre os homens das duas classes sociais uma mesma oposição entre as figuras do “namorador” e do “tímido”. O primeiro é uma espécie de modelo de masculinidade, que possui várias mulheres e sente-se pressionado quando uma namorada deseja um relacionamento de maior compromisso. Já o “tímido” parece ter uma série de medos e expectativas na relação com o sexo feminino, preocupando-se com seu desempenho e com a opinião de amigos sobre o mesmo, muitas vezes gerando a inabilidade ou incapacidade momentânea de ser bem sucedido.

Dentre as mulheres, o discurso por vezes variou mais de acordo com a faixa etária do que com a classe social, fazendo com que mulheres mais velhas tivessem visões diferentes das mais novas sobre certas coisas, indicando uma diferença entre gerações. A iniciação sexual das mulheres das camadas médias da população estudada, em geral, se deu entre os 15 e 17 anos para as mulheres que tinham 21 a 32 à época da pesquisa, e entre 21 e 22 para as que tinham de 33 a 45 anos. A virgindade foi um valor indicado por essas mulheres de uma maneira geral, e a primeira relação sexual foi relatada como permeada por grande expectativa. Outra diferença relativa à faixa etária surgiu quando as entrevistadas foram perguntadas sobre a AIDS. Apesar de todas terem se mostrado conscientes dos riscos e da maneira de prevenir a doença, as mais velhas disseram sentir-se incomodadas em exigir que o parceiro use preservativo, o que já não ocorreu com as mais jovens, que pareciam fazer mais questão do mesmo como um método contraceptivo do que para evitar a contaminação.

As mulheres de classe média estudadas nesta pesquisa mostraram preocupação com a escolha de parceiros amorosos, realizando comparações, planejando o momento adequado de se iniciarem sexualmente, terminarem relacionamentos, etc. A sexualidade apareceu como mais planejada e pensada, em comparação com a dos homens, com maior autonomia das mulheres na tomada de decisões que lhe dizem respeito. O amor foi considerado condição *sine qua non* para os relacionamentos, demonstrando uma conexão estreita com o sexo, que perderia o sentido, caso não estivessem envolvidos sentimentos.

As mulheres das classes populares apresentaram uma forte influência da família de origem como referência, estando a matrifocalidade presente na grande maioria. Apesar de metade possuir parceiro fixo, os discursos mostraram a presença da instabilidade dos laços conjugais, com marcante distinção entre os papéis masculino e feminino. O homem é visto como mantenedor da família, responsável financeiramente pela mesma, apesar de também haver alguma participação feminina. Já à mulher são destinadas as tarefas do lar, o cuidado e educação dos filhos, contribuindo para a renda familiar de forma secundária, exceto em casos de famílias matrifocais.

As relações sexuais, muitas vezes, mostraram-se relacionadas com o estabelecimento de vínculos, sendo usadas em alguns casos como estratégia, visando um maior compromisso. O papel feminino inclui ter um marido e filhos, portanto o sexo é uma possibilidade de mudança de status, deixando a posição de adolescente para a de mulher adulta.

Por fim, a infidelidade masculina é vista com certa naturalidade, já que considera-se que o homem possui maior necessidade sexual que a mulher, enquanto a feminina não aparece com frequência no grupo estudado.

Féres-Carneiro (1987), em estudo com 20 casais das classes médias cariocas, sendo 10 casados pela primeira vez e 10 recasados, constatou que a sexualidade é um aspecto valorizado por ambos os grupos, mas tido como mais importante na escolha do parceiro pelos indivíduos recasados. O grupo de primeiro casamento ressalta com maior frequência as dimensões de aliança, que inclui a influência das famílias, a relação de parentesco, valores comuns e desejo das famílias, como itens fundamentais para a escolha conjugal.

O estudo de Jablonski (1998b) investigou o grau de conhecimento de 385 universitários com idade média de 21 anos e 7 meses sobre assuntos relacionado à

sexualidade, buscando avaliar o que era confirmado cientificamente e o que não passava de credices populares, sem fundamentação objetiva. A grande maioria das perguntas realizadas receberam respostas que mostravam um bom nível de informação por parte da amostra, havendo apenas quatro itens em que a credice foi predominante. Esses itens diziam respeito à habilidade de fazer amor como sendo inata, à existência de dois tipos de orgasmo para a mulher (clitoriano e vaginal), à existência de um ponto G e à existência de substâncias afrodisíacas, sendo todas essas respostas consideradas como credices, sem fundamento científico.

A amostra estudada mostrou não considerar a virgindade como um aspecto importante para o êxito do casamento (95%) e indicou como principais fontes de conhecimento sobre a sexualidade os amigos, revistas/livros, namorado(a), surgindo também com frequência as respostas televisão/rádio, filmes e pais. Os homens estudados tiveram sua iniciação sexual aos 16 anos e 3 meses, contra 17 anos e 9 meses da amostra feminina.

Trindade e Menandro (2002) estudaram a vivência de paternidade entre quatro adolescentes de classe média e quatro de classe baixa, especialmente interessadas nas mudanças ocorridas a partir da nova condição de pais. As principais transformações às quais os sujeitos se referiram foram relativas ao ingresso no mercado de trabalho, pela necessidade de um ganho financeiro, além da restrição da liberdade, mencionada por todos os sujeitos e exemplificada através do menor contato com amigos e a diminuição da participação em eventos sociais. Como mudanças positivas, foram destacados o aumento de responsabilidade, amadurecimento e a satisfação decorrente da relação afetiva com o filho.

Sobre a representação de paternidade, os sujeitos estudados referiram-se à figura do pai como aquele que trabalha e sustenta o filho, ajudando em sua educação e na preparação para o seu futuro. Houve também alguns relatos que mencionaram a função de dar carinho, amor e atenção. No entanto, alguns indivíduos indicaram uma discrepância entre um modelo idealizado da figura paterna e o próprio exercício da paternidade, fazendo com que não se reconhecessem efetivamente como pais.

Para os sujeitos desta pesquisa, a maternidade é uma condição em que abre-se mão de tudo pelo filho, pelo qual a mãe pode anular-se e sacrificar-se. A

figura materna é expressa como central, sendo os filhos vistos como “mais da mãe” do que do pai, para alguns participantes.

4.3. As novas relações amorosas

Para o estudo das relações amorosas na adolescência, é necessário que seja levado em conta o contexto sócio-cultural no qual o indivíduo está inserido, já que há inúmeras formas de “ser jovem” (Rezende, 1990), especialmente em grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, com muitas variáveis influenciando. Desta forma, o grupo social ao qual pertence o adolescente será uma espécie de molde para como este irá se vestir, locais onde irá freqüentar, etc. No entanto, esta faixa etária tem a característica da transitoriedade, o que faz com que um mesmo grupo e seus hábitos em um momento sejam valorizados e em outro sejam vistos como ruins ou ultrapassados. Assim, diferentes famílias valorizam aspectos morais distintos, o que é transmitido para o adolescente. Assim, em alguns casos, há uma clara diferenciação entre o que é permitido ao homem e à mulher, havendo geralmente um maior controle sobre o comportamento da filha do que do filho. Em outras famílias, a liberdade sexual é igualitária para ambos os gêneros.

Essas diferenças relativas ao contexto sócio-cultural ao qual o jovem está inserido são marcantes no estudo de Coelho (1990) com dois grupos de jovens distintos: um composto por alunos de uma escola de teatro, e outro de indivíduos pertencentes a um grupo jovem católico. A autora percebeu no primeiro uma valorização de ser “cabeça aberta”, ou seja, buscar fugir de estereótipos e tradicionalismos, para ter um pensamento considerado “alternativo”, diretamente influenciado pela “cultura psicanalítica”. Para estes sujeitos, a liberação sexual faz parte de seus ideais, valorizando-se a sensibilidade e o corpo como parte importante da sexualidade. Já o grupo católico mostrou uma ideologia mais tradicionalista, com ideais herdados das gerações anteriores, que valorizavam a castidade até o casamento, considerado essencial e indissolúvel, e a conseqüente contenção dos impulsos sexuais antes do mesmo.

Entre as novas formas de relacionamentos amorosos, especialmente no que se refere a adolescentes, há uma que, a partir da década de 1980, vem tornando-se cada vez mais comum: o chamado “ficar”. O “ficar” é algo que, por ser relativamente recente, ainda não é completamente assimilado e compreendido por todos, como são outras relações mais tradicionais, como o namoro e o casamento. Tem como característica essencial a falta de compromisso entre o casal, que busca obter prazer, a partir do exercício da sedução. O grau de envolvimento pode ir de uma simples troca de beijos e abraços até uma relação sexual, sendo que esta não necessariamente ocorre. Assim, há espaço para uma intimidade, mas mantém-se, ao mesmo tempo, um relativo afastamento.

Chaves (1993) realizou um amplo estudo especificamente sobre o “ficar”, incluindo em sua pesquisa de campo apenas indivíduos das camadas média e alta da população, já que este código de relacionamento foi considerado específico destes grupos. Passados dez anos, um período ínfimo, em termos históricos, mas prolongado, em termos de mudanças de mentalidade e comportamentos, podemos afirmar ser este um fenômeno que abrange as mais diversas classes sociais, especialmente no que se refere a grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro.

A autora define o “ficar” como um tipo de relação que independe de qualquer outra, ou seja, não está vinculado a um conhecimento prévio da outra pessoa, a um namoro, amizade, etc., existindo por si só, sendo organizado por princípios, estando presente de maneira freqüente entre os jovens. No entanto, apesar de ser classificada como uma relação “normal” no discurso de adolescentes, é, para muitos, algo considerado “estranho”, “vago”, “louco” e “esquisito”, exatamente pela característica do desenvolvimento de um contato relativamente íntimo, pontual em um dia ou uma noite (ou mesmo de forma mais prolongada), e no qual não há a necessidade de ver a outra pessoa novamente, não havendo nada que vincule o casal.

O “ficar” pode ocorrer tanto partindo de um desejo claro e explícito de um ou de ambos, como impulsivamente, como descarga, como uma vontade superficial, muitas vezes incentivada por amigos em situações específicas. Neste caso, pode acontecer em uma festa, por exemplo, sem uma vontade anterior, por insistência de outras pessoas, e nunca mais as duas pessoas terem qualquer tipo de contato ou relação. Desta forma, o que importa é o momento, e não as conseqüências dele, sendo que a ação tem papel fundamental neste código de

relacionamento cuja falta de compromisso é um incentivo para um maior desembaraço na tentativa conquistar uma outra pessoa (op.cit.)

O tempo do “ficar” é bastante relativo, podendo ele durar apenas uma noite, algumas horas, o tempo de um beijo, um fim-de-semana, vários dias, etc., não havendo uma regra estabelecida. Independente de sua duração, o que é mais ou menos permanente é a característica da ausência de compromisso formal, da transitoriedade, motivo pelo qual “ficar” com mais de uma pessoa em apenas uma noite, por exemplo, não seria visto como uma transgressão.

Chaves (1993) enumera vários motivos que levam os jovens a relacionarem-se dessa forma. É possível que o objetivo seja a diminuição da carência, evitando-se a solidão, podendo ainda ser um mero passatempo, uma brincadeira, quando não há “nada melhor para se fazer”. “Ficar” pode ser uma forma de conhecer alguém melhor, de “incrementar” uma amizade, ou tornar uma conversa mais agradável, de ampliar a sociabilidade, levando a um certo aprendizado no modo de interação com o outro, além de ser também uma maneira de aumentar a auto-estima, especialmente quando o que importa é a quantidade e a aprovação do grupo. Pode ter como objetivo manter o contato com alguém de quem se gosta, por exemplo, um(a) ex-namorado(a), sendo também uma espécie de ponte para um futuro relacionamento. O “ficar” pode estar a serviço de uma busca pelo esquecimento de um outro relacionamento frustrado, ou mesmo pode ser um meio de quebrar a rotina de um namoro. É ainda um modo de buscar uma identidade, provando para si mesmo a capacidade de determinadas coisas.

Quando alguém “fica”, a questão do outro ser um conhecido ou não é bastante relativa. Ao se tratar de um amigo, alguém mais próximo, pode haver uma facilidade, devido ao grau de intimidade, ou pode, pelo contrário, gerar uma maior timidez, algum tipo de constrangimento, podendo ser uma situação delicada em que a própria perda da amizade esteja em jogo. Quando se trata apenas de um conhecido, sem tanta proximidade, ou mesmo de alguém desconhecido, a facilidade estaria no fato de não se correr o risco de perder a amizade, já que não há o que perder, o que pode ser um facilitador para o indivíduo se soltar mais. Por outro lado, a dificuldade estaria na ausência de intimidade e cumplicidade. Para os sujeitos estudados por Chaves (1993), um ponto ressaltado como importante foi a necessidade do outro ter uma boa conversa, “ter cabeça”, item valorizado especialmente entre os indivíduos de treze a vinte e dois anos de idade.

Após “ficar”, várias são as possibilidades, quando ocorre um reencontro. Quando há uma relação da amizade, pode haver uma intensificação da mesma, pode-se fingir que nada aconteceu, ou ficar um clima “estranho”, devido à vergonha ou inibição. Quando se trata de um desconhecido, ou alguém que se conhece pouco, ambos podem se rever ou não posteriormente. Havendo um reencontro casual, os indivíduos podem se comportar como se nada tivesse acontecido, inclusive um fingindo não ter visto o outro, mas pode-se também falar “naturalmente”. Há ainda a possibilidade de surgir uma amizade, uma maior aproximação.

No “ficar”, Chaves percebeu que é permitido, tanto aos homens como às mulheres, a tomada da iniciativa, mostrando interesse no outro, apesar de não haver dentre os sujeitos um consenso em relação à atitude mais ativa por parte da mulher, considerada por muitos um ato vulgar.

A opinião dos pais sobre “ficar” varia bastante, de maneira que alguns consideram vulgar beijar pessoas desconhecidas, outros acreditam que traz experiência e a conseqüente melhor capacidade de escolha no futuro. Por outro lado, argumenta-se que a multiplicidade de experiências pode levar o jovem a não aprender a se relacionar, sendo incapaz de organizar e elaborar suas vivências. Há ainda os pais que consideram “ficar” uma simples brincadeira adolescente, ou mesmo aqueles que procuram não pensar no assunto.

Para Chaves (1993), este código de relacionamento implica em uma sociedade urbana contemporânea individualista, já que o que está em jogo é a auto-satisfação e a evitação da frustração em que poderia acarretar um compromisso afetivo com o outro. Assim, há uma espécie de negação da alteridade, em prol de objetivos narcísicos, tornando o outro “descartável”, facilmente substituível, caso não corresponda a certas expectativas.

O Brasil tem como peculiaridade o fato de ter uma ideologia concomitantemente liberal e tradicional, no que diz respeito ao amor, sexo e relações familiares, o que se deve às rápidas mudanças promovidas pelo processo de modernização do país. Assim, é difícil falarmos em uma homogeneidade, especialmente por termos, dentro de um mesmo país, diferentes “subculturas”, que variam de acordo com a região, condições sócio-econômicas, entre outros diversos fatores. Temos, assim, o famoso “jeitinho brasileiro”, que nos caracteriza, que é uma forma de evitar a frustração imposta pela lei. O “ficar”

seria, para a autora, uma espécie de “jeitinho”, no que se refere a relacionamentos afetivos, já que é uma forma encontrada para o indivíduo não se envolver emocionalmente, mas ao mesmo tempo manter relações com o outro. É, assim, uma espécie de interseção entre dois modelos: um mais tradicional e um outro, mais liberal. Assim, a dificuldade no encontro, entendimento e sintonia no relacionamento de duas pessoas é “solucionado” pelo “ficar”, que não exige do indivíduo qualquer renúncia. Por outro lado, há uma frustração do desejo concomitante de manter um relacionamento estável, de proximidade emocional e afetiva.

Seguindo essa linha de raciocínio, Chaves (1993) classifica o “ficar” como beirando a “anti-paixão”, quando comparada com o amor romântico, que implica em um envolvimento afetivo, e com a paixão, carregada de sentimentos em relação a um outro, pois é uma forma de relacionamento mais preocupada com a quantidade e a intensidade dos prazeres imediatos, com a satisfação de desejo, vista muitas vezes como passatempo, sendo uma espécie de experimentação, sem a preocupação com o objeto, que funciona como um meio para se obter uma descarga.

Mello (1996) contesta essa contraposição entre o “ficar”, que seria um ideal narcísico, e os ideais românticos, afirmando, baseada em pesquisa de campo, que esse tipo de relacionamento envolve aspectos de ambos, sem que um exclua o outro e sem que haja uma contradição. Seu estudo, realizado através de questionários com jovens com idade entre 15 e 20 anos, teve como temas centrais as noções de compromisso e descompromisso e os modelos de relacionamentos associados a cada uma. A autora conclui que o “ficar” envolve a experimentação, utilizando métodos narcísicos para se atingir objetivos românticos, ou seja, teria como função a escolha de um “parceiro ideal” para um possível namoro futuro. Assim, em vez de haver uma total despreocupação com o outro, agindo-se de maneira imediatista, pode-se pensar no “ficar” como uma forma cuidadosa de programar o futuro. É, ainda, um meio de tentar evitar o sofrimento provocado pela frustração de uma relação em que os ideais românticos não conseguiram ser atingidos: *“reinem os interesses narcísicos sobre o temor do fracasso de objetivos românticos”* (Mello, 1996, p.89).

Zagury (1996) realizou uma abrangente pesquisa envolvendo 943 jovens com idades entre quatorze e dezoito anos, moradores de sete capitais e nove

idades de interior, visando estabelecer um perfil do adolescente brasileiro, incluindo indivíduos das classes populares. Este estudo, desenvolvido através de questionários, incluiu perguntas sobre assuntos como escola, vida profissional, família, sexo, lazer, drogas, entre outros.

Sobre os relacionamentos amorosos, a maioria dos sujeitos considerou válido o “ficar com” apenas quando não se está namorando (56,3%), sendo que 21,8% disseram achar “válido sempre” e 18,6% consideraram “falta de respeito, ‘galinhagem’”, permitindo-se deduzir que os ideais monogâmicos de fidelidade permanecem, já que as posturas mais radicais possuem percentuais semelhantes (p.173).

Zagury constatou que 64,3% dos sujeitos estudados não tinham vida sexual ativa, enquanto 35,4% haviam a iniciado na adolescência ou antes, sendo que, nos que já haviam se iniciado sexualmente, 33,5% o fizeram com um(a) namorado(a) (45,8%) ou amigo(a) (33,5%) (p.184-185). Destes jovens, apenas 19,8% afirmaram conversar sobre assuntos relativos à sexualidade com seus pais de forma aberta, sendo que, para os demais, os pais ou “nem desconfiam” que eles já se relacionavam sexualmente, ou “sabem, mas fingem que não sabem”, ou ainda simplesmente dizem não conversarem sobre o assunto.

Finalmente, em um item dedicado aos conceitos dos sujeitos sobre felicidade, temos o casamento sendo considerado um plano de vida para 84,7% destes, se unirmos respostas indicando a preferência por simplesmente morar junto, sem um casamento formal, e a possibilidade do matrimônio apenas em caso de amor. Assim, apenas 13,1% descartam a idéia do casamento, afirmando estar fora de seus planos. Zagury constatou, no entanto, uma diferença significativa entre classes sociais, mostrando que os jovens das camadas privilegiadas economicamente têm o casamento como meta com maior frequência, que vai diminuindo sensivelmente conforme a condição financeira diminui.

Ainda no mesmo item, em pergunta sobre o que os jovens consideram mais importante para que um amor dê certo, a maior parte (31,9%) respondeu “confiança mútua”, seguido, quase empatados, “fidelidade” (24,5%) e “simplesmente amor” (24,2%). Sobre o que acreditam que precisam para ser felizes, os adolescentes responderam, em primeiro lugar, “ficar com quem ama” (55,5%) e, em segundo, “família unida” (29,2%), indicando a presença de ideais românticos e familiares em seu modo de ver a felicidade.

Fiúza (1990) realizou estudo com 21 sujeitos de faixa etária entre 15 e 20 anos, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro, pertencentes às camadas médias da população, filhos, em sua maioria, de profissionais liberais que foram jovens na época da ditadura militar, tendo algum tipo de engajamento político na ocasião. As relações familiares foram relatadas por estes indivíduos como baseadas no diálogo, na franqueza e confiança, havendo uma ideologia mais igualitária do que hierárquica, mais de conversa do que de imposição. Ao serem perguntados sobre relações amorosas, questionaram o sentido da palavra “namoro”, empregado pela pesquisadora, explicando que preferiam não ter o “compromisso” de uma relação mais duradoura, optando pelo “ficar”, que poderia significar a troca de carícias, uma simples conversa prolongada, dançar, ter relação sexual, etc. Para os sujeitos, o “ficar” tem um caráter transitório e descompromissado, de maneira que pode-se “ficar” com alguém em uma festa e no dia seguinte agir como se nada tivesse acontecido. Paradoxalmente, o sexo, que pode ocorrer ou não durante uma “ficada”, foi visto por esses jovens como algo que necessita de sentimento para que seja realizado, apontando para uma mentalidade mais tradicionalista, que se mistura com ideais modernos, convivendo em paralelo. Os relacionamentos amorosos, para os indivíduos da pesquisa, por mais diferentes que possam ser, representam um aprofundamento do autoconhecimento e ampliação da sociabilidade, havendo um exercício da sexualidade e afetividade.

4.4. Estudos sobre adolescência e relações amorosas nas classes populares

Como já dissemos anteriormente, a quantidade de pesquisas que dizem respeito a adolescentes de classes populares é reduzida, se compararmos aos estudos sobre o mesmo assunto nas classes mais elevadas. Assim, temos como referência pesquisas que envolvem grupos de sujeitos com determinadas peculiaridades, como meninas de rua, adolescentes envolvidos com o crime, jovens grávidas, etc.

A pesquisa realizada por Monteiro (1999) com 32 jovens entre 14 e 19 anos da favela de Vigário Geral, indicou que a entrada no mundo adulto, para as

mulheres, se dá principalmente com o casamento e a maternidade, valores centrais que constituem a identidade feminina, especialmente quando ocorre a saída da casa dos pais, enquanto que, para os homens, a responsabilidade da entrada no mercado de trabalho é o sinal da maturidade, já que o papel masculino é essencialmente o de provedor e mantenedor da família. Essas são as formas como jovens mudam seu status social, substituindo suas funções, antes de filhos e dependentes, pelas de pais que sustentam lares e criam suas proles.

Entre as dezoito entrevistadas, oito declararam ser virgens, sendo que verificou-se maior controle familiar sobre essas adolescentes, que não são freqüentadoras de festas, bailes e outras atividades da comunidade. Dentre os homens, apenas dois disseram ser virgens, sendo um o mais novo do grupo e outro bastante religioso. Para os rapazes, a experiência sexual está diretamente vinculada à virilidade, de maneira que a iniciação sexual não tem relação direta com o amor, tendo ocorrido na maior parte dos casos inesperadamente, sem planejamento. Já para as moças, a perda da virgindade se deu em geral com o namorado, havendo, portanto, um vínculo amoroso presente.

Para os sujeitos entrevistados, a noção de sexo é diretamente relacionada com a penetração vaginal, que denominam de “sexo comum”. O sexo anal é citado por uma minoria. Uma grande parte do grupo pesquisado ressaltou a importância do uso de preservativos, conhecendo inclusive onde consegui-los gratuitamente, mas somente uma minoria declarou usá-los regularmente.

A iniciativa sexual na maior parte das vezes é do homem, que em geral costuma ter uma diversidade de parceiras maior, já que as moças afirmam que fazem sexo apenas com seus namorados ou maridos. Os entrevistados de ambos os gêneros consideram que as meninas são geralmente mais controladas e “presas”, enquanto os rapazes são mais livres e “soltos”.

Em pesquisa realizada com adolescentes do sexo feminino que moravam nas ruas do Rio de Janeiro, Silva (1997) constatou que, nesta realidade social, a família é um aspecto considerado importante. As jovens estudadas vêem na vida familiar uma possibilidade de maior felicidade e de realização pessoal, o que está relacionado à visão que têm da mãe como figura central, como uma referência a ser atingida. Assim, as adolescentes de rua assumem tarefas identificadas como femininas, como lavar e guardar roupas, adquirir comida, cuidar das crianças, etc. Apesar disso, a relação com a mãe nem sempre é vivida como satisfatória, muitas

vezes sendo ela considerada como uma das culpadas por a adolescente viver na rua, seja por vivências de agressão, seja por encobrirem situações de abuso sexual ocorridas em casa. A gravidez, para essas meninas, é sentida como algo que foge ao seu controle e gera bastante insegurança, o que é fortalecido pela ausência do parceiro e pela insegurança afetiva e financeira. A violência é algo que permeia a realidade destas adolescentes de rua, tanto no que diz respeito à agressão física como sexual, imposta por figuras diversas, como policiais, meninos de rua, etc.

Buvinic (1990) constatou aumento significativo da porcentagem de mães adolescentes brasileiras com um filho ou mais, que em 1970 era de 9%, e em 1990 havia crescido para 12,8%. Este aumento pode ser relacionado diretamente ao crescimento da pobreza, especialmente se considerarmos que o aborto é um recurso mais utilizado pelas jovens de classes abastadas, de forma que a gravidez, para as menos privilegiadas economicamente, pode ser considerada como um projeto de vida, e não apenas como um problema a ser solucionado (Macedo e Souza, 1996). As autoras citam ainda outras pesquisas que apontam para uma falta de comunicação destas jovens com os pais, que muitas vezes tendem a ter reações de culpa, decepção e espanto frente à gravidez das filhas.

Em pesquisa com jovens envolvidos com o tráfico de drogas que residem em um conjunto habitacional pobre do Rio de Janeiro, Zaluar (1994) constatou que o ingresso de meninos no mundo do crime se dá por volta dos 14 anos, relacionando-se diretamente com ideais de masculinidade. Nesse momento de transição e de construção de uma identidade, esses adolescentes têm os traficantes como ídolos, e a proximidade com eles lhes dá um status elevado frente às meninas de idades próximas.

Rena (1995) realizou uma pesquisa abrangente, através de questionários, com 1297 adolescentes de ambos os sexos, e diferentes níveis sócio-econômicos, moradores de municípios do interior de Goiás. Constatou que 59% dos sujeitos consideram que o homem entende mais de sexo que as mulheres, independente de idade, gênero e classe social. Sobre a reação frente a uma hipotética gravidez não planejada, a maior parte dos sujeitos femininos das classes sociais menos privilegiadas declararam que “teriam e criariam a criança sozinhas”, o que contrasta com a resposta dos grupos privilegiados economicamente, que responderam que “convenceriam o rapaz a se casar” e que “manteriam a gravidez, teriam a criança e discutiriam sobre casamento depois”.

A vinculação estrita entre “casamento” e “relação genital” é mais sustentada pelos jovens de classes média e baixa (50%, contra 43% das classes mais elevadas). Da mesma maneira, a exigência de fins reprodutivos para as relações heterossexuais é mais freqüente (35%) na zona rural, bem como entre adolescentes de níveis sócio-econômicos médio e baixo: 30%, contra 19% entre adolescentes de nível elevado.

A condição sócio-econômica do adolescente mostrou-se um aspecto determinante para o uso de métodos contraceptivos: 63% dos sujeitos de classes abastadas disseram fazer uso de contraceptivos, contra 42% dos de classe média e 36% dos pertencentes à classe baixa. O preservativo é utilizado com maior freqüência dentre os jovens de classes alta e média, sendo os de nível sócio econômico baixo o grupo que mais declara não fazer uso de métodos anticoncepcionais, sendo o “coito interrompido” considerado como uma opção para prevenir a gravidez (Rena, 1995).

Mota (1998) realizou pesquisa com homens jovens de baixa renda entre 14 e 21 anos, moradores da área metropolitana do Rio de Janeiro, divididos em três grupos: os que consideravam-se homossexuais, os que diziam-se bissexuais e os heterossexuais. Este estudo, especialmente interessado na prevenção à AIDS, dizia respeito à sexualidade, e constatou que, para todos os grupos, a representação do que é ser homem refere-se à condição de ser bom pai, bom marido, trabalhador, desempenhando bem o papel sexual. Assim, ter uma esposa também colabora na determinação da masculinidade, sendo o casamento visto como algo que marca a passagem para a vida adulta, que lhes dá um status diferenciado, desejado por estes indivíduos.

Sobre a questão específica da AIDS, o autor verificou que há, dentre os membros do grupo estudado, uma preocupação e medo em relação à doença, mas que não leva a uma efetiva proteção. Por fim, Mota (1998) concluiu que é natural para os sujeitos que o homem tenha múltiplos parceiros sexuais, tanto antes como depois do casamento.